

Article

# O Gado Maronês Enquanto Espécie Companheira: Reflexões sobre Relações Multiespécie e Cultura Ambiental em Trás-os-Montes e Alto Douro\*

Thais Gaia Schüler<sup>1</sup>, Filipe Ribeiro<sup>2</sup>, Orquídea Moreira Ribeiro<sup>3</sup>, Darly Prado Gonçalves<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Processos e Manifestações Culturais. Professora auxiliar convidada na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Investigadora integrada no Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT). ORCID: 0000-0003-2838-087X. E-mail: thaisgaiaschuler@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências da Cultura. Assistente Convidado na UTAD. Investigador associado ao CICANT. ORCID: 0000-0001-8839-8508. E-mail: filiper@utad.pt

<sup>3</sup> Doutora em Ciências Humanas e Sociais - Cultura. Professor Catedrático em Ciências da Cultura e da Comunicação na UTAD. Investigadora Integrada no CICANT. ORCID: 0000-0001-7665-9627. E-mail: oribeiro@utad.pt

<sup>4</sup> Doutora em Ciências da Cultura. Professora auxiliar convidada na UTAD. ORCID: 0000-0001-7782-9405. E-mail: darlygoncalves@gmail.com

## RESUMO

O artigo analisa o gado maronês enquanto espécie companheira dos humanos habitantes da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, discutindo relações multiespécie, a cultura ambiental e *habitus*. Contextualiza historicamente a presença da raça maronesa nas serras do Marão, Alvão e zonas adjacentes, articulando a longa antropização da paisagem, a memória do auroque ibérico e a inscrição da raça num território serrano marcado por condições climáticas extremas, práticas agrícolas de subsistência e forte densidade simbólica e cultural. A partir de fontes documentais e bibliográficas, entrevistas e observação *in loco*, o texto explora as interações entre maronesas, lobo ibérico, pessoas e seus cães, evidenciando esquemas práticos de manejo, defesa e cooperação que produzem práticas sociais e saberes locais transgeracionais. Analisa-se ainda a chamada “aptidão laboral natural” da maronesa, destacando o papel da raça na lavoura, no transporte de pessoas e mercadorias e nas feiras regionais, onde o gado é exibido como capital económico e simbólico e elemento de prestígio familiar. Argumenta-se, ainda, que o gado maronês excede leituras estritamente utilitaristas, configurando-se como espécie companheira central na produção de uma cultura ambiental específica, na manutenção de práticas e memórias comunitárias e na construção de pertenças telúricas, refletindo sobre modelos de gestão de montanha que articulam conservação da biodiversidade, agricultura familiar e projetos contemporâneos de desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** paisagem rural; animal; cultura ambiental; prática social; espécies companheiras.

\*Este trabalho é financiado por fundos nacionais portugueses, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/05260/2025. [DOI <https://doi.org/10.54499/UID/05260/2025>].



Submissão: 18/03/2026



Aceite: 21/05/2026



Publicação: 18/06/2026



## ABSTRACT

This article examines Marão cattle as a companion species to the human inhabitants of the Trás-os-Montes and Alto Douro region, discussing multispecies relationships, environmental culture, and *habitus*. It provides a historical context for the presence of the Maronesa breed in the Marão and Alvão mountain ranges and adjacent areas, linking the long-standing human impact on the landscape, the memory of the Iberian aurochs, and the breed's establishment in a mountainous territory marked by extreme climatic conditions, subsistence agricultural practices, and strong symbolic and cultural significance. Drawing on documentary and bibliographic sources, interviews, and on-site observation, the text explores the interactions between Maronesa cattle, the Iberian wolf, people, and their dogs, highlighting practical schemes of management, defense, and cooperation that give rise to transgenerational social practices and local knowledge. It also analyzes the so-called “natural working aptitude” of the Maronesa, highlighting the breed's role in plowing, in the transport of people and goods, and at regional fairs, where the cattle are displayed as economic and symbolic capital and an element of family prestige. It is further argued that the Maronês cattle transcend strictly utilitarian interpretations, emerging as a central companion species in the production of a specific environmental culture, in the maintenance of community practices and memories, and in the construction of a sense of belonging to the land, reflecting on mountain management models that integrate biodiversity conservation, family farming and contemporary local development projects. **Keywords:** rural landscape; animals; environmental culture; social practices; companion species.

## Introdução

No Norte de Portugal, mais especificamente nas serranias transmontanas, conjuntos de montanhas que contornam a área da região de procedência demarcada do Alto Douro Vinhateiro, há gerações que é domesticada uma raça de gado bovino popularmente conhecida como maronesa. Inserida em uma paisagem de tradição agrícola, a presença do gado maronês é componente das muitas práticas sociais relacionadas aos cultivos e às formas tradicionais de vida local que são delineadas nestas paisagens desde há muito antropizadas.

A reflexão proposta discute relações entre as práticas sociais tradicionais e a cultura ambiental transmontana e altoduriense relativas ao gado maronês, à luz da noção de espécie companheira, tal como proposta por Donna Haraway em “O manifesto das espécies companheiras” (2021)<sup>1</sup>. Tais práticas foram incorporadas e partilhadas pelos habitantes da região ao longo do tempo, ao desenvolverem estratégias e “esquemas” para o manejo destes animais, adaptando as suas ações às necessidades desse tipo de criação e usando de experiências transgeracionais para aprimorar o desenvolvimento do trabalho multiespécie. Pretende-se indicar, ainda, como as relações multiespécies abordadas contribuem para a produção de um conhecimento popular, alimentado por tradições e experiências herdadas e através de um conjunto de práticas sociais que essas populações adotam.

Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa e emprega, principalmente, fontes bibliográficas e documentais, simultaneamente à observação-participante, que explora o caráter limiar entre a etnografia e a história oral. Em termos teóricos, a pesquisa procura enquadramento nas humanidades ambientais, campo interdisciplinar emergente entre o final do século XX e início do século XXI que procura superar o dualismo cultura vs. natureza que opera na matriz de muitos dos problemas ecológicos contemporâneos (Emmett & Nye 2017).

Desta maneira, a seção seguinte, “Cultura ambiental, práticas sociais e espécies companheiras”, apresenta uma discussão conceitual envolvendo as relações humanas com a natureza a partir de pressupostos fundamentais das humanidades ambientais, especificamente da história ambiental e da antropologia multiespécie, articuladas aos conceitos-chave de prática social, cultura ambiental e espécies companheiras. Ainda na presente seção explicita-se os procedimentos metodológicos adotados. A seguir, em “Antes da maronesa: a paisagem e o auroque”, descreve-se a paisagem característica da zona deste estudo, referindo a

---

<sup>1</sup> A publicação do texto original em língua inglesa, “The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Others”, data de 2003.



existência pretérita do auroque ibérico enquanto animal de grande semelhança física com a raça bovina maronesa. Em “Maronesas, pessoas e o lobo”, a discussão recai sobre algumas práticas sociais multiespécies a partir da convivência entre seres humanos, o gado maronês e o lobo ibérico. A última seção antes das considerações finais, “Aptidão laboral natural’ da maronesa e as feiras regionais”, enfoca o uso tradicional da raça enquanto força de trabalho e a ostentação da propriedade do gado em feiras regionais, particularmente ligadas ao contexto familiar local e à memória coletiva.

### Cultura Ambiental, Práticas Sociais e Espécies Companheiras

A discussão que se propõe parte do pressuposto fundamental de que toda e qualquer sociedade humana altera, em maior ou menor escala, o ambiente físico e geográfico em que se insere (Schüler et al 2023, a partir de Schama 1996; Duarte 2013). No conjunto de outras análises envolvendo história, cultura e natureza desenvolvido pelos autores desta investigação, cabe asseverar que a forma como um determinado sistema cultural se relaciona com a natureza supera a necessidade utilitarista de uso dos recursos naturais para ser atravessada por questões históricas, econômicas e geográficas, mas também efetivamente culturais. Os elementos culturais particulares, como os conhecimentos, as crenças, os valores, as normas e os símbolos (Marconi & Pressotto 2010), são determinantes das formas como um determinado grupo social se relaciona com o meio ambiente. Para referir tais elementos e as suas dinâmicas históricas, geográficas, econômicas e culturais propõe-se aqui a utilização do termo “cultura ambiental”.

Cultura ambiental é um conceito frequentemente associado, na literatura científica e acadêmica, à Educação Ambiental (Dias 2001; Carson 1962; Loureiro & Torres 2014) e ao desenvolvimento de uma postura humana positiva e sustentável com relação ao meio ambiente (Miranda Murillo 2013). O artigo que aqui se apresenta concebe cultura ambiental a partir de uma perspectiva delineada no contexto dos Estudos de Cultura, tomando por ponto de partida a diversidade cultural e a conseqüente diversidade das formas culturais de moldagem, de uso e de percepção da natureza. Tal utilização teórica deve ter por base a conexão entre as diversas abordagens das humanidades ambientais (Emmett & Nye 2017), considerando, particularmente, a sociologia ambiental (Hanningan 2006), a antropologia das relações mais-que-humanas (Tsing 2012, 2019; Haraway 2021) e a história ambiental (Worster 1991; Duarte 2013; Schama 1996).

Neste contexto alvitra-se a utilização do termo cultura ambiental para se referir o conjunto das práticas sociais e das percepções desenvolvidas por um coletivo humano em relação à natureza e seus aspetos, as quais estabelecem padrões comportamentais e a adoção de posturas consideradas apropriadas no contexto cultural e temporal. Tal noção parte, assim, do que Pierre Bourdieu (2004) refere como *habitus*: do coletivo das disposições, das percepções e das ações humanas determinadas pelo processo de enculturação e de socialização que delineiam a forma de pensar e de comportar dos indivíduos de um grupo cultural. Caracteriza-se por ser um sistema durável, mas transponível, que atua como um aparato de predição decorrente, em grande parte, das experiências pretéritas, tanto do indivíduo quanto do grupo social.

O *habitus* atua como um código comportamental, determinando a maneira adequada como os indivíduos devem agir diante das situações sociais em um contexto cultural específico, ao mesmo tempo que media a relação entre a estrutura social (objetivista) e as ações e interações individuais (subjativista). Este contexto inclui o componente histórico-social de formação de determinado sistema cultural, mas considera a atuação e a participação das individualidades na composição do sistema das práticas sociais. Essas práticas, assim, não são fixas e imutáveis, mas processuais e resultantes da própria agência efetiva dos indivíduos na conjuntura cultural.

O entendimento de cultura ambiental aqui empregado também refere as considerações tecidas por Luisa Margarita Miranda Murillo em “Cultura ambiental: un estudio desde las dimensiones de valor, creencias,



actitudes y comportamientos ambientales” (2013), que considera “que la cultura ambiental establece los parámetros de relación y reproducción social con relación a la naturaleza” (p. 95), sendo sustentada pela relação humana com o ambiente na qual “está implícito el conjunto de estilos, costumbres y condiciones de vida de una sociedad con una identidad propia, basada en tradiciones, valores y conocimientos” (pp. 95-96).

Os valores referidos remetem para as representações cognitivas que respondem às necessidades humanas no contexto da vida cultural, sendo estes responsáveis pela orientação, seleção e avaliação de comportamentos que servem para estabelecer relações com as prioridades valorativas e determinar o que é considerado legítimo e encorajado no contexto social a analisar. São as concepções sobre o que é bom ou ruim, desejável ou indesejável dentro de um determinado contexto cultural, sendo subjacentes às práticas, às normas, às crenças e às instituições sociais. Segundo Miranda Murillo (2013), o desenvolvimento de sistemas de valores está ligado às necessidades universais humanas: às necessidades próprias dos seres humanos enquanto organismos biológicos; aos requisitos para a inserção na vida social do grupo; às necessidades de sobrevivência e bem-estar do grupo social, estabelecendo-se enquanto a base de determinação de posturas humanas com relação à natureza.

Não obstante, a noção de crença é estabelecida enquanto variável que antecede e prediz atitudes e comportamentos: refere as ideias e os aspectos cognitivos, interacionistas, avaliativos, atributivos e informativos que predis põem uma ação ou comportamento frente à natureza, estabelecendo-se enquanto um conjunto de comportamentos avaliativos desenvolvidos a partir de dado sistema cultural, moldando o que o indivíduo coloca em prática. Nas palavras da autora,

las creencias funcionan como estrategias interactivas entre los grupos sociales y el medio ambiente, y por tanto, los diferentes aspectos ecológicos y la cultura establecen relaciones de influencia mutua. Así, pues, las creencias, como producto cultural, constituyen una premisa social que respalda la cultura y sus fuerzas culturales. Esto acentúa la importancia que tiene el conocimiento de factores culturales y convencionales, como determinantes del comportamiento individual, para identificar las semejanzas encontradas en las acciones de las personas, en virtud del apoyo que proporciona el grupo social. (Miranda Murillo 2013, p.99)

As atitudes habitam o campo dos sentimentos, favoráveis ou desfavoráveis, que são desenvolvidos com relação ao meio ambiente ou a uma questão relacionada à natureza. Atuam enquanto um determinante direto da predisposição de ações efetivas. As ações efetivas, relacionadas às condutas e aos comportamentos, por sua vez, refletem-se em atos mais concretos, que podem ser intencionais ou baseados em aprendizados e internalizações a partir das práticas de vida cotidiana das pessoas: “en otras palabras, el hombre construye representaciones del mundo a través de sus creencias, valores y actitudes, y estas representaciones son los elementos que organizan y dan sentido a su comportamiento” (Miranda Murillo 2013, p.100).

O caminho reflexivo envolvendo as relações humanas com a natureza, historicamente posicionou-as enquanto campos opostos, colocando o ser humano fora ou acima do espaço natural e de seus componentes (Schüler, Magalhães, Ribeiro, 2025). É fundamental, assim, assumir que os seres humanos são atravessados pela natureza e pela cultura, sendo ambas simultaneamente condicionantes e fundamentais na sua existência (Schüler et al. 2025, a partir de Eagleton 2000), reconhecendo que as realidades socioambientais contemporâneas estão inseridas na realidade do Antropoceno. Tal período não deve, aqui, ser compreendido enquanto nova era geológica, mas enquanto o tempo que Anna Tsing (2019) conceitua como o período da difusão da perturbação humana nos contextos naturais, no qual as paisagens multiespécies e as diversidades estão contaminadas pela espécie humana e no qual os seres humanos detêm o papel central de manejo, tanto fazendo emergir a



diversidade biocultural quanto comprometendo os ecossistemas, de acordo com as práticas empregadas em cada contexto.

É justamente no âmbito do Antropoceno que Haraway (2021) estabelece a noção de espécies companheiras, referindo contextos mais-que-humanos nos quais a coexistência e a codependência entre espécies constroem narrativas de sociabilidades interespecíficas, de convivência e de coevolução. Trata-se de conceber as relações entre natureza e cultura não enquanto polos opostos, mas de refletir sobre outras possibilidades tipológicas relacionais (Haraway 2021). Embora a autora tome a relação humana com canídeos domesticados enquanto objeto a partir do qual desenvolve sua reflexão, explica que o conceito de espécie companheira extrapola a noção de animais de companhia ou de animais domesticados para referir condições coevolutivas formadas a partir de “coconstituição, finitude, impureza, historicidade e complexidade” (p.15). Constituem contextos nos quais os mundos dos animais e de outros seres não-humanos, a exemplo dos fungos, conforme trabalhado por Tsing (2012), são mobilizados e conformados em suas relações com a existência humana, estas nem sempre marcadas pela harmonia e pela romantização, mas, outrossim, pela multiformidade, pelo perigo e pelas consequências (Haraway 2021, p.23).

A partir do estabelecimento de uma metodologia de natureza aplicada, exploratória quanto aos objetivos e qualitativa na abordagem, a base procedimental de investigação empenhou técnicas específicas da historiografia ambiental, valendo-se de um conjunto de fontes documentais e bibliográficas. O conjunto em questão é constituído a partir da literatura zootécnica específica sobre a raça, mas também, e principalmente, a partir de estudos acadêmicos da área das ciências humanas e sociais que tiveram por objeto a região transmontana e altoduriense. Outrossim, registra-se, também, a utilização documental de palestras, reportagens e documentários jornalísticos.

Cabe salientar, ainda, quanto aos termos procedimentais, a exploração do espaço limiar entre a história e a antropologia para a valorização não somente do nível abstrato das percepções, mas da experiência vivida (Schüller & Magalhães, 2021). A utilização da entrevista não-dirigida e a observação *in loco* das práticas sociais objetivou “o ‘estar lá’ do fazer etnográfico enquanto parte da observação para a constituição de uma leitura acerca do contexto de estudo, este marcado por estruturas complexas emaranhadas, implícitas e irregulares” (Schüller & Magalhães 2021, p.280). Em termos práticos, a mobilização do aporte empírico envolveu a observação-participante para a coleta de dados primários, com a visitas em campo a criadores da raça, bem como com a participação em reuniões, feiras, apresentações e exposições locais envolvendo o gado maronês, especificamente entre os anos de 2022 e 2026. Em tais momentos, favoreceu-se a interlocução com criadores e com pessoas ligadas aos processos de manejo da raça, preenchendo com informações lacunas que as fontes documentais não dispunham ou corroborando ideias previamente documentadas. Tais interlocuções não foram gravadas, mas conduzidas espontaneamente com o consentimento do interlocutor acerca das intenções acadêmicas e científicas de uso.

Especificamente neste ponto, tocou-se a etnografia multiespécie (Kirksey & Helmreich 2010; Tsing 2019), tendo em conta os componentes relacionais e sensoriais enquanto principais categorias de análise na interpretação das concepções subjetivas emergentes dos contatos humanos com o gado maronês. Referir-se-á às relações, como indicadas por Haraway (2021), “enquanto a menor unidade possível de análise” (p.17), considerando a existência de alteridade significativa nas escalas analisadas (p.19), estas estabelecidas tanto a nível simbólico quanto propriamente físico e biológico.

### **Antes da Maronesa: A Paisagem e o Auroque**

O recorte espacial da pesquisa parte das terras mais altas do Marão, do Alvão e de Padrela, especificamente nas serras da região transmontana portuguesa, mas estende-se para as zonas vizinhas que envolvem parte dos





existe dentro de uma abrangência extrema” e que está diretamente relacionada ao êxodo rural, ao abandono de práticas tradicionais, à limitação laboral e ao envelhecimento populacional em aldeias do Alvão e do Marão (Ortega García & Ribeiro 2025, p.135).

A vegetação, predominantemente arbórea com agrupamentos florísticos sub-atlânticos e oroatlânticos, com zonas de mato e bosques, também se mostra marcada por afloramentos rochosos, havendo atividades comerciais de extração de pedras como o xisto e o granito, muito utilizadas na construção de casas e estruturas na zona. Esta paisagem cultural tem uma antropização antiga, na qual é provável a presença humana desde há cerca de 80 mil anos, manifesta na forma de artefatos líticos e na arte rupestre, especialmente a do conjunto de sítios localizados na Foz do Rio Côa (Abreu 2019). Embora os diferentes grupos humanos estabelecidos, desde então, no Norte do que hoje é Portugal, exercessem atividades de modificação da paisagem, por volta do século II a.C. a chegada de grupos romanos mostra-se determinante para a transformação das práticas sociais que envolviam a natureza. Segundo Abreu (2019, p.50), “[os romanos] atraídos principalmente pelas riquezas ligadas aos recursos minerários, ou seja, à presença de estanho, prata e ouro, (...) acabam por se fixar e explorar também as outras riquezas da zona, desenvolvendo a atividade agrícola (terra) e as termas (águas)”. De acordo com a autora, dos muitos indícios arqueológicos deixados por estes grupos estão “estradas, pontes, ‘villas’, marcos, inscrições, epigrafias, tesouros de moedas” (Abreu 2019, p.50). Aquando da ocupação da região, os romanos já teriam empregado amplamente bovinos autóctones enquanto força motriz, especialmente nas explorações rurais do Ocidente peninsular, onde desempenhavam um papel central nos trabalhos de tração, em especial na agricultura e na mobilidade de cargas. Neste sentido, a Imagem 2, da Via Romana do Marão, localizada junto à Igreja Matriz de Mondrões, é indicada enquanto um local arqueológico com evidências de tais atividades, nas quais os bovinos eram preferidos para lavrar a terra e mover carros pesados, designados pelos romanos de *plaustrum*.



Imagem 2: Via Romana do Marão. Fonte: <https://pt.wikiloc.com/>. Autor: João Marques Fernandes

A intensa e antiga atividade antrópica na região foi decisiva para a moldagem de recortes ambientais particulares e característicos: socalcos, minas, soutos, lameiros, baldios, pinhais, paisagens permeadas por



simbologias, tradições e topofilia<sup>2</sup>. Considerada uma raça bovina nativa deste contexto, a Maronesa tem suas características morfológicas associadas, nos estudos zootécnicos (Alves & Teixeira 2006), a este meio ecológico e agrário “rústico”. Os animais são descritos como sendo de porte atlético, “de estatura média, esqueleto leve e unhas duras” (Alves & Teixeira 2006, p.02) que têm no crânio e no formato “acabanado” dos cornos o diferencial quanto à sua força de tração. A raça também é marcada pelo dimorfismo sexual (diferenças de tamanhos entre machos e fêmeas): enquanto as vacas costumam medir cerca de 1,26 metros de altura, 1,50 metros de comprimento e pesar cerca de 445 quilos, os machos tendem a apresentar o terço anterior mais desenvolvido, chegando a medir 1,38 metros de altura, 1,57 metros de comprimento e pesar cerca de 786 quilos (Faria 2019).

Também os estudos zootécnicos estabelecem a relação ancestral da maronesa com o Auroque Ibérico (*Bos primigenius*), considerando-a enquanto a raça contemporânea de maior semelhança morfológica com a espécie extinta. O Auroque foi uma raça de bovino de grande porte considerada ancestral às raças bovinas atuais (Bro-Jørgensen et al. 2018). Habitou grandes áreas do leste europeu, da Península Ibérica e no sul europeu, da China e do norte da África (Kunzler & Oliveira 2021) e fora domesticada há cerca de nove mil anos (Bro-Jørgensen et al. 2018).

Este animal teve uma grande importância cultural para os primeiros grupos humanos estabelecidos na região norte de Portugal. É amplamente representado, juntamente com cervídeos e cabras na já mencionada região de Foz Côa. A Imagem 3 mostra uma destas representações, identificada pela arqueologia em 2021 no sítio Fariseu:

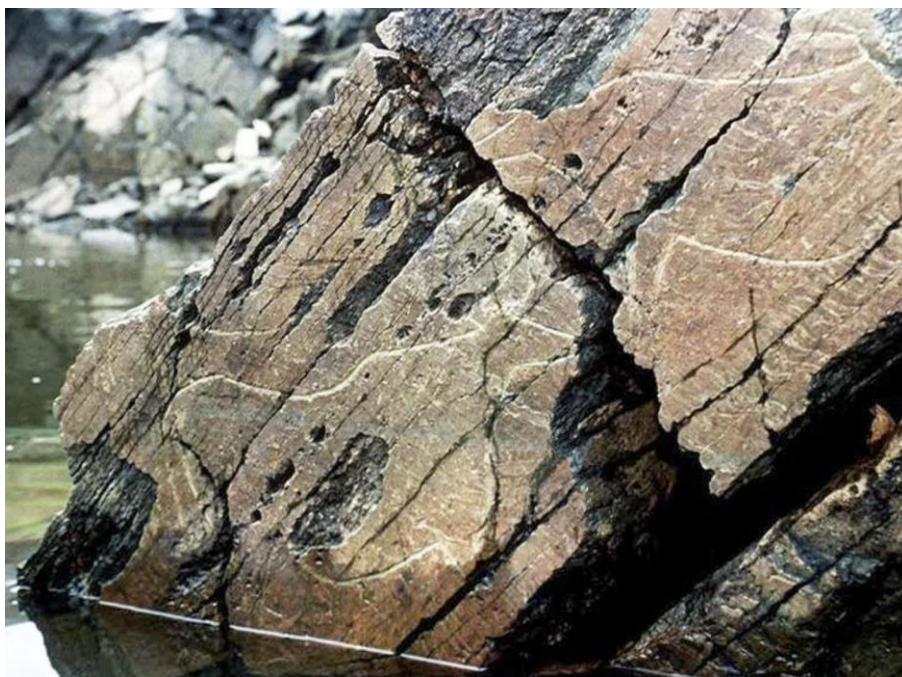


Imagem 3: Representação de Auroque Ibérico, Rocha 09, Sítio Fariseu (Foz Côa, Portugal). Fonte: Crespo 2021, n.p.

Embora a literatura científica relacione a extinção do Auroque à perda de habitat e à exposição a doenças transmitidas pelo gado doméstico, a caça intensiva em toda a Europa parece ser a causa direta de seu

---

<sup>2</sup> Utiliza-se o termo topofilia proposto por Yi-Fu Tuan em *Topofilia* (1980), referindo a existência de elos afetivos entre as pessoas e os lugares enquanto ambientes físicos (Schüler et al. 2025, p.06).



desaparecimento. Tal prática parece ter tido relação com a importância simbólica e cultural deste animal na Idade Média, quando, por exemplo, foi desenvolvida entre populações escandinavas, a tradição de utilizar os chifres adornados de auroques abatidos como copos (Bro-Jørgensen et al. 2018). Não obstante, e em outras partes da Europa, os estudos salientam que quanto mais raro tornavam-se os espécimes de auroque, mais prestigiosa tornava-se a sua caça enquanto elemento de afirmação de nobreza (Van Vuure 2002).

As últimas populações de auroques teriam vivido na floresta de Jaktorów, em Mazowsze, na atual Polônia, administradas como parte da guarda real de caça. Ali, o último exemplar de auroque macho fora abatido em 1620, tendo um de seus cornos sido transformado em trompa de caça, atualmente exposto na coleção do Museu Livrustkammaren de Estocolmo. Sobre o assunto, escreve Bro-Jørgensen et al. (2018 p.48):

A trompa mede 46 cm de comprimento. Com base nos registros históricos relacionados à amostra e na inscrição na montagem de metal da própria trompa de caça, que diz: “*Trompa do último auroque da floresta primitiva de Sochaczewski, enviada pelo woiwod da província de Rawski, Stanislaw Radziejowski, o starosty de Sochaczewo, no ano de 1620*”, acredita-se que este seja um dos chifres do último touro auroque. O registro histórico detalha como este touro auroque foi abatido em 1620, após o que ambos os chifres foram retirados. Um deles foi enviado a Varsóvia para o Rei Sigismundo III Vasa (Rei da Polônia, Grão-Duque da Lituânia, monarca da Comunidade Polaco-Lituana unida e Rei da Suécia) por Stanislaw Radziejowski, que era um nobre e governador da província de Rawski, incluindo a floresta de Jaktorów. Este chifre foi equipado com aros de metal e transformado em uma trompa de caça, um artefato que era usado para sinalizar durante caçadas. Durante o conflito militar em 1655, o chifre foi levado de Varsóvia como recompensa de guerra pelo exército sueco, então registrado em 1656 em Marienburg (Malbork) perto de Gdansk a caminho da Suécia. Posteriormente, entrou na coleção do Livrustkammaren de Estocolmo<sup>3</sup>.

A espécie fora considerada oficialmente extinta em 1627, com a morte da última fêmea (Bro-Jørgensen et al. 2018).

### Relações mais-que-Humanas no Monte

A referência mais antiga ao gado maronês de que se tem conhecimento, em termos historiográficos, é atribuída a António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, Visconde de Vilarinho de São Romão, que, em 1835, escrevera sobre a produção leiteira do gado ao qual referiu como “vacas molares de Trás-os-Montes”:

---

<sup>3</sup> Tradução livre de “The horn measures 46 cm in length. Based on both the historical records related to the sample, and the inscription on the metal mounting of the hunting horn itself, that reads: “*Horn of the last aurochs of Sochaczewski primeval forest, sent by the woiwod of the Rawski province, Stanislaw Radziejowski, the starosty of Sochaczewo, in the year 1620*”, this is believed to be one of the horns of the last aurochs bull. Historical record detail how this aurochs bull was shot in 1620, after which both horns were taken. One of these was sent to Warsaw to King Sigismund III Vasa (King of Poland, Grand Duke of Lithuania, monarch of the united Polish–Lithuanian Commonwealth and King of Sweden) by Stanislaw Radziejowski, who was a nobleman and governor of the Rawski province including Jaktorów forest. This horn was fitted with metal rims and made into a hunting horn, an artefact which was used to signal during hunts. During military conflict in 1655, the horn was taken from Warsaw as war bounty by the Swedish army, then registered in 1656 in Marienburg (Malbork) near Gdansk on its way to Sweden. It subsequently entered the collection of the Royal Armoury in Stockholm.”



Estas vaccas são muito boas, e a sua melhor raça encontra-se nas Povoações das abas do Marão, como he Tojendes, aonde as vi na casa dos Srs. Cabraes. – Algumas d'ellas chegam a dar hum cantaro de leite [14 litros], mas he preciso que sejam grandes e bem nutridas; as mais ordinárias, dão tres, ou quatro canadas [7 a 10 litros], muito natoso, e muito bom para converter em manteiga, queijos. – Gostão e precisão de pastos de monte,ervas duras, folhas de arvores, palha painça, cannas de milho grosso, etc.; também gostão muito das hervas verdes de prados artificiaes, mas não exclusivamente; he necessario fazer huma mistura de humas e outras; ellas são muito proprias para os países frios; são fortes e robustas; tem o pêllo de cor castanho-escura, e muito pequenas pontas. (...) As Molares de Tras os Montes são proprias para a Serra de Ossa, no caso de algum dia se cultivar e também para as povoações vizinhas da Serra da Estrella, e toda a Beira Alta, he mesmo cousa digna de notar, o haver tão poucas na sobredita Província, de que parecem indignas. (Girão 1835 *apud* Faria 2019, p.166).

A descrição em questão insere-se em um contexto rural familiar característico do norte de Portugal no século XIX até meados do século XX. Nesta época, anterior à industrialização e à utilização generalizada da tração a motor, o modo de vida das pequenas comunidades estava alicerçado na exploração da casa agrícola, “quer no que diz respeito ao local de residência, quer ainda no que concerne à base física das suas atividades” (Portela & Caldas 2003, p. 324). Era uma sociedade rural autônoma, “cujos laços sociais se teciam através de um trabalho humano intenso, exigindo grandes esforços físicos e a cooperação de muitos braços e saberes articulados” (Wall 1998, p. 23). Em “Famílias no campo: Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho” (1998), Karin Wall explica que cada elemento do agregado desempenhava uma função específica numa sociedade em que todos, “homens, mulheres, jovens e crianças, trabalhavam ou ‘ajudavam’ os que trabalhavam”:

Uma criança de oito ou nove anos fazia recados, levava e trazia comida entre o campo e a casa, buscava cestos e utensílios, apanhava erva e a lenha das podas, varria a casa, guardava o gado e as crianças mais pequenas. Também a situação de mulher doméstica, que se dedicasse apenas ao trabalho doméstico, era pouco frequente e apenas possível nas famílias da burguesia e nalgumas fracções da pequena burguesia (Wall 1998, p. 24).

No contexto em questão, os animais domésticos, que são, historicamente, utilizados enquanto ferramentas que concretizam intenções humanas relacionadas ao progresso (Haraway 2021, pp.21-22), desempenhavam um papel determinante, ocupando espaços ou estábulos ao redor ou dentro da casa. Os bovinos, por exemplo, ficavam alojados nos baixos da casa para produzir calor. Além da produção de carne, estes animais tinham uma função de apoio à produção agrícola, através da lavra da terra (associada à plantação e à colheita) e ao transporte.

Indica Haraway (2021) que é comum que sociedades organizadas a partir de práticas agrícolas e pecuárias, como é o caso do contexto analisado, desprezem o caráter coevolutivo entre humanos e animais para centrarem suas práticas em uma lógica utilitarista e antropocêntrica, as quais estiveram (e ainda estão) no cerne das relações humano-naturais no contexto das sociedades ocidentais, especialmente daqueles de tradição judaico-cristã (Tsing 2019; Schama 1996; Thomas 1988). Particularmente no que diz respeito ao contexto português, infere-se que a influência tradicional católica que “aprofundou o fosso dualista que relegava os animais à condição inferior, objetos a serem manipulados e usados em proveito humano, já que criados por Deus para seu usufruto e subordinação” (Duarte 2019, p.22).

A produção de cereais era essencial para o sustento de famílias altodurienses e transmontanas, como a produção de pão ou para negociar outros bens. Também produziam hortícolas (vegetais e hortaliças) ou frutos variados. Determinadas culturas eram produzidas em maior escala, em função da região. Nas zonas mais frias do interior transmontano produzia-se (e ainda se produz) a castanha, enquanto nas zonas quentes, a amêndoa,



o azeite ou o vinho. Havia outros produtos cultivados em menor escala, como as couves, a batata ou a cebola. Os excedentes de produção eram utilizados para negociar bens que a casa agrícola não produzia, como o sal ou açúcar. Alguns eram vendidos em feiras regulares ou negociados diretamente entre pessoas ou famílias da mesma aldeia.

A produção agrícola e pecuária era comum em praticamente todas as aldeias do interior transmontano. Em “Monografia do Concelho de Vila Pouca de Aguiar” (2012), Albertino Saraiva de Sousa faz uma alusão aos trabalhos de produção agrícola, com o apoio do gado serrano, que iniciava na altura da primavera: “com o advento da primavera, inicia-se a azáfama nos campos. Os terrenos são estrumados ou esterçados. Após ter sido colocado os montículos dispersos, o estrume é espalhado com recurso a forquilhas”. (2012 p. 329). Em seguida, uma junta de bois, dirigida, à frente, por uma pessoa com uma aguilhada<sup>4</sup>, puxava o arado por meio de um elo, chamado de cambão. Segurando o arado, ou a charrua, pela rabiça, outra pessoa guia-o ao longo da terra, ajudando aqui ou acolá, onde é mais difícil de lavrar, ao reviramento e consequente alinhamento da seita (a terra que foi afastada ao abrir o rego ou sulco). Terminada a lavra, a terra ficava pronta para a sementeira. Antes ou depois de se lançar a semente à terra, executa-se a gradagem. Esta é feita com uma grade de ferro ou madeira – instrumento quadrangular geralmente com quatro travessas: “semeiam-se nesta altura sobretudo batata, milho e feijão. Finda a tarefa, reza-se a Deus para que lhe traga boas colheitas. Alguns dias depois, as plantas começam a emergir” (Sousa 2012, pp.329-330).

A partir do final do século XX, o modelo de produção agrícola e pecuária transformou-se com a “valorização das raças autóctones de bovinos (através, por exemplo, de pagamento de indemnizações compensatórias)”, tornando a atividade “economicamente atrativa” (Portela & Caldas 2003, p.326). A partir de então, torna-se mais evidente a existência de “um conjunto significativo de agricultores com mais de 65 anos”, que não têm sucessores, na atividade agrícola e pecuária, mas que “continuam a produzir, concentrando os seus esforços em produções para consumo direto e em culturas permanentes”. (Portela & Caldas 2003, p.325).

Os estudos zootécnicos referem que a ocorrência do gado maronês na paisagem serrana transmontana tem relação telúrica com o desenvolvimento físico da raça. A ampla visão periférica do gado maronês, que tem capacidade para uma visão panorâmica de 320 graus, teria sido desenvolvida, assim como sua astúcia e facilidade de movimentos, ao longo de seu processo evolutivo e determinados por seu posicionamento enquanto presa constante (Leitão 1981). Teixeira e Alves (2006) associam o desenvolvimento de tais características a um sentido de alerta permanente, este, em grande parte, causado pela presença do Lobo Ibérico (*Canis lupus signatus*) enquanto predador natural. Espécie estritamente protegida em Portugal<sup>5</sup>, o Lobo Ibérico é uma subespécie característica da zona Norte de Portugal e da Galícia (Espanha) que, desde a década de 1950, experimenta grande declínio populacional pelo abate e pela redução de áreas de seu habitat. (Pimenta & Álvares 2005).

A presença dos lobos na zona estudada, a seguir analisada, provém do relato dado por António Moutinho, criador de maronesas na aldeia de Souto (em Vila Pouca de Aguiar, no sopé da Serra do Alvão) durante conferência pública proferida em novembro de 2021. A percepção do criador tem por base o estabelecimento de uma relação tripartida entre o lobo, o gado e os pastores. Enquanto estratégia de manejo e para guarda do gado, os criadores de maronesas frequentemente utilizam os chamados “Cães de Gado” cujas raças mais populares na região são o Cão de Gado Transmontano e a Serra da Estrela (Imagem 4). Esta última raça, segundo Ana Clara Ramos Farias em *Cães de pastoreio e guarda de rebanho na produção animal* (Farias 2024, p.16), constitui uma das mais antigas da Península Ibérica. Estes cães pastores, de características selecionadas durante

<sup>4</sup> Vara longa com ponta de ferro (ferrão).

<sup>5</sup> Lei de Proteção do Lobo Ibérico. Lei n.º 90/88 de 13 de agosto e Decreto-Lei 54/2016 de 2 de agosto.



milhares de anos, também integram o sistema tradicional de proteção do gado que permite a coexistência da pastorícia extensiva e a presença do lobo, visando diminuir a perseguição a este predador ameaçado, bem como a caça ilegal, conforme interlocução de Duarte Marques, integrante do Projeto Terra Maronesa, em entrevista concedida aos autores em 2024 (Ribeiro 2024). São cães de grande porte – os machos medem cerca de 65 a 73 cm com peso variando de 45 a 60 kg –, de índole amigável e companheira, rústicos e de atitude imponente.

Nos montes, quando no pastoreio das maronesas, é comum que os cães pastores utilizem coleiras com picos (Imagem 5) voltados para fora, enquanto estratégia para que, em caso de conflito direto com lobos, não sejam mordidos no pescoço.



Imagens 4 e 5: Estrela, cadela arraçada de Serra da Estrela e Cão de Gado Transmontano e sua coleira de trabalho na montanha. Fonte: imagens captadas pelos autores (Lamas d’Olo, 13 de janeiro de 2026).

Por estar menos domesticada que outras raças, a manada de maronesas desenvolve estratégias de defesa e técnicas comportamentais que denunciam a ameaça do lobo. O criador descreve uma situação que observara envolvendo uma alcateia que perseguia uma Maronesa e um vitelo: “num instante, a manada juntou-se e espantaram o lobo. Se na serra houver uma vaca a transmitir um som, em poucos minutos as vacas juntam-se todas, o lobo não tem hipótese. Um intruso, no meio das vacas, não tem hipótese”. (Moutinho 2021).

O interlocutor explica que, tradicionalmente, nas zonas em que há predador natural, os animais bovinos mais velhos, doentes, ou lentos, que se atrasavam nas deslocções com a manada, eram capturados pelo lobo. Mas a atenção do lobo, explica o criador, é principalmente para com o vitelo, o mais frágil da manada, decorrendo a captura de indivíduos, normalmente, numa curta janela de tempo: “O bezerro, depois de mamar, deita-se. Ao meio do dia, a vaca vai comer e desvia-se do bezerro, só nesse momento é mais perigoso e está mais exposto ao lobo. Mas em circunstâncias normais, não é fácil apanhá-lo”. (Moutinho 2021).

A análise de tais constatações decorrentes do contato multiespécie permitem refletir sobre a noção de “corpo socializado” (Bourdieu 1989, p. 64), na qual a relação entre lobos, pessoas, cães e maronesas funciona de forma sistemática, promovendo práticas que se baseiam em “esquemas” adquiridos de experiências anteriores. Tais intervenções são capazes de modificar o ambiente, as práticas, mas também a própria forma



corporal das espécies envolvidas, consolidando transformações relacionadas ao “signo e à carne” (Haraway 2021, p.16).

### “Aptidão Laboral Natural” da Maronesa e as Feiras Regionais

No que diz respeito ao domínio socioeconômico, laboral e tecnológico, a pesquisa de campo indica a possibilidade de duas abordagens principais complementares quanto às relações humano-animais envolvendo a raça bovina maronesa. A primeira, recente e de cunho comunitário, refere-se à Associação Terra Maronesa, desenvolvedora de uma proposta de recuperação “sustentável de zonas de montanha ambiental, social e economicamente degradadas, através de uma abordagem *community-based*” (Terra Maronesa 2021, p.02). Trata-se, pois, de uma iniciativa que tem por base a valorização sistêmica da Serra do Alvão a partir da utilização deste gado enquanto elemento de regeneração da paisagem, considerando, principalmente, que o sistema “maronês” de manejo e gestão deste território que

permite a manutenção do pasto, como elemento da paisagem e fixação de outras espécies – contributo para a biodiversidade; a fixação da população dedicada a outras produções agroalimentares e a consequente diversidade e maior disponibilidade alimentos locais, frescos e de época, que bem trabalhada pode potenciar a identidade alimentar, consumos mais económicos e ecológicos e mais saúde (Terra Maronesa 2021, p.02)

Uma segunda abordagem, na qual este texto concentra-se, procura privilegiar um contexto mais íntimo e familiar, relacionado à domesticação da raça maronesa na agricultura de subsistência local. Esta abordagem, ainda muito presente, remonta a um recorte temporal que antecedeu a industrialização local, materializada no desenvolvimento de ferramentas e utensílios agrícolas de características particulares. Neste contexto, a conceção utilitarista acerca do animal realça a sua importância também no fornecimento de carne e de força motriz, inclusive na própria produção vitivinícola, ao ponto de estabelecimento de uma “aptidão laboral natural” (Alves 1993, p. 47), sobretudo relacionada ao trabalho no campo (Leitão 1981). É sabido que, neste contexto rural dos séculos XIX e XX, a raça bovina maronesa representou uma importante força de trabalho, sendo componente no desenvolvimento da agricultura de subsistência.

Na introdução ao dossiê “Trabalho animal, trabalho humano” (2021) da *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía*, Fanaro et al. indicam a função social de trabalho, outrora definida enquanto exclusivamente humana, é questionada na sustentação de que a intencionalidade se dá na ação e não anteriormente a ela: a projeção e a ação desenvolvem-se no ato mesmo do fazer, inexistindo a distinção entre a teoria e a prática (Fanaro et al. 2021, p.3). Especialmente no contexto das sociedades industriais ou em processo de industrialização, como é o caso do cenário analisado, o trabalho animal ocupa o espaço da invisibilidade ao ser classificado como o trabalho com animais, isso porque, no caso das funções atribuídas às maronesas pelo ser humano, estas não são espontaneamente realizadas: o uso da força, da coação e das práticas particulares de domesticação são elementos culturais essenciais para a execução das atividades.

Na sustentação da argumentação da “aptidão laboral” do gado maronês, presente nos discursos zootécnicos, mas também populares da região estudada, é mencionado o seu emprego enquanto força motriz, que antecedeu o uso do trator no amanho da terra e no transporte de materiais mais pesados. Frequentemente, tal propensão também é relacionada, para além das características físicas, às comportamentais, que descrevem a raça como resiliente e com facilidade de vinculação ao tratador.

Segundo Alves (1993 pp.47-48), os animais da raça Maronesa apresentam “maior docilidade, paciência e resistência à fadiga”, que, “associadas à possibilidade de uso complementar em produções de alto rendimento,



como são a carne e o leite, o impuseram privilegiadamente, em certas condições, para esta função”. Ao nível comportamental, este gado é caracterizado por possuir movimentos fáceis e temperamento astuto, com o seu comportamento a depender da sua interação com a manada, do meio que o rodeia e das interações com seres humanos, como seu tratador, para além dos animais, domésticos ou selvagens, que povoam a montanha (Teixeira & Alves 2006).

Os exemplares mais robustos e dóceis eram usados para o trabalho mais difícil, de lavra ou para transportar quantidades mais pesadas de carga, sendo, estes últimos, também selecionados para reprodução (Leitão 1981). As fêmeas, mas principalmente os machos maroneses usados para transporte, eram emparelhados utilizando-se um conjunto designado como juntas. Habitualmente, emparelhava-se um animal mais velho e mais experiente, com outro em iniciação, para que o segundo pudesse incorporar comportamentos provenientes da domesticação.

Entre os animais escolhidos para tal tarefa estão, sobretudo, os machos castrados (bois), mais pojantes do ponto de vista da força e da capacidade de tração, mas que adotavam características fisicamente similares à fêmea. Os bois evoluíram para uma forma mais retangularizada, assemelhando às vacas, ao contrário dos touros, que mantinham uma forma triangular com o dorso mais desenvolvido do que a zona do quadril. Eram, assim, os bois selecionados para trabalhos mais pesados que exigiam maior intensidade de esforço, “tais como o arrasto de grandes pesos, amanhos de terrenos de estrutura compacta e lavouras mais profundas” (Alves 1993, p. 47).

Segundo o mesmo autor, a contínua utilização desta raça bovina na atividade agrícola da zona, fez dele

a força motriz por excelência, na montanha transmontana e nas zonas do Douro, Vale de Chaves e Mirandela, Barroso e mesmo nas grandes áreas do litoral Norte”, que, até à mecanização e motorização da agricultura e transporte, foi “a causa primeira da sua elevada valorização económica (Alves 1993, p. 47).

Também Leitão (1981, p.115) descreve o gado maronês como “extraordinariamente rústico e energético”, mas “manso”, “tornando-se mesmo imponentes quando executados em prova de esforço, dada a facilidade com que, nestas condições se desloca”. O mesmo autor ainda relata a facilidade com que “realiza transportes pesados por caminhos de cabras e executa, em condições igualmente difíceis, todos os trabalhos inerentes à exploração agrícola local”. O autor destaca, por isso, a sua “extraordinária rusticidade e poder de adaptação a uma das regiões mais agrestes do nosso país, que tem por cenário as serras do Alvão e Marão, e a facilidade com que se desloca nos terrenos mais ásperos e acidentados da região”, considerando que, entre as raças de trabalho, será “a última a desaparecer ou, talvez, uma das poucas a sobreviver” (Leitão 1981, p. 115).

A força do animal, concentrada na zona posterior do corpo, confere-lhe maior tração, e até a colocação do sistema de ligação ao tradicional carro de bois, constituído por um atrelado de madeira, cuja carga era amparada por “estadulhos”<sup>6</sup>, denota isso mesmo (Alves 1993, p.47). A pesquisa de campo, especialmente as entrevistas informais com criadores durante a observação-participante, permitiu apurar que, antes de se colocar a carga, os bois eram “jungidos”, referindo o ritual de preparar os bois, antes de serem ligados ao carro. Em visita à propriedade do Sr. Augusto<sup>7</sup>, realizada em janeiro de 2026 com um grupo de interessados no Projeto Terra Maronesa, o criador da raça e outros interlocutores ligados ao projeto, narravam as formas tradicionais ligadas à prática: coloca-se, em primeiro lugar, as molhelhas ou moelhas, peças almofadadas em couro, em cima

<sup>6</sup> Estacas verticais utilizados em carros de tração animal para amparar e segurar a carga.

<sup>7</sup> Nome fictício atribuído pelos autores para a proteção de dados do interlocutor.



da cabeça dos animais, de forma a libertarem-se os cornos. Insere-se depois o jugo<sup>8</sup>, por cima das molhelhas, que se liga por intermédio de sôgas, que são tiras em cabedal. A frente do carro (Imagem 6) ou do arado é ligada ao jugo por intermédio de uma trave de madeira comprida conhecida como cabeçalha, no caso do carro, e como cambão, no caso do arado.



Imagem 6: Maronesas puxando um carro de bois carregado com pipa, final do século XIX. Fonte: Painel no Centro Interpretativo da Quinta do Ventozelo (São João da Pesqueira, Portugal).

As molhelhas, ligadas pelas tais tiras de couro ao complexo sistema, tinham como finalidade suavizar ou amortecer o impacto do jugo, causado pela cabeçalha. As molhelhas podem ser simples ou adornadas e, “por vezes, estas têm franjas de lã colorida ou são cobertas com uma pele para as proteger da chuva” (Oliveira 1985, n.p.). Os jugos, por sua vez, eram produzidos por jugueiros, homens que esculpiam estas peças de madeira de diversas formas, mas quase sempre à base de freixo, uma madeira mais resistente. A habilidade local de saber jungir estes animais era específica de algumas pessoas, que deveriam estar atentas às pernas dos espécimes cujos cascos teriam de estar bem cuidados: “era preciso limpar frequentemente os cascos, colocar cascos novos e quem o fazia tinha que ser um bom ferrador”, afirmou o historiador Hilário Néri Oliveira na conferência “Conversas à Sexta - 48 horas”, proferida em 2021.

Em ocasiões em que os carros de bois eram usados no transporte de bens, como a cal, poderiam vir a percorrer grandes distâncias, sempre acompanhados pela figura do boiadeiro ou carreteiro, homem responsável pela condução dos animais. No verão,

parte da viagem era feita à noite, por causa do calor, para o gado não sofrer com a mosca. Eram transportadas giestas, na parte de cima do carro, que também usadas para afastar insetos. Esse era um trabalho para os mais novos. (...) O condutor trazia sempre uma lâmpada ou uma pilha, para iluminar o caminho, e o carro tinha que estar matriculado, dentro dos limites legais, à época. (Oliveira 2021, n.p.).

<sup>8</sup> Peça de madeira pesada que une os dois animais de tração.



O pico ou o ferrão era um instrumento metálico usado para picar o boi, incentivando a uma locomoção mais célere. Este “tinha que estar dentro do limite, entre um centímetro e um centímetro e meio, porque senão as autoridades aplicavam coimas” (2021). Nas viagens era comum levar algum alimento, como

um fachuco, para, devagarinho, de quando em quando, dar aos animais, que quando precisavam tomavam um grocho de água. Outras vezes, faziam a pause e comiam todos. O agricultor trazia também um bocado de serro, que era um naco de carne gorda, com um bocado de broa e um pipote de três litros de vinho para se abastecer (Oliveira 2021, n.p.).

Quando o caminho era mais rigoroso, ou íngreme, os bois eram “acamboados”<sup>9</sup>, executando-se um processo pelo qual o carro de bois era puxado por outra junta através de uma corda, para ajudar a subir a encosta. Isso acontecia, por exemplo, no percurso entre o Rio Douro e a Serra do Alvão, marcado por uma estrada mais acidentada, enquanto em locais com estrada mais plana, “os mais novos [as crianças] podiam ir nas chedas, na parte traseira do carro, o que era um privilégio para eles” (Oliveira 2021, n.p.). Garrafões de vinho, pequenas alfaias ou outros utensílios iam pendurados aos cornos dos animais, cornos estes, que, após a morte do animal, “eram usados pelo agricultor para trazer à cinta a pedra de afiar a gadanha, que servia para cortar o feno” (Oliveira 2021, n.p.).

Ao longo dos séculos XIX e XX, os animais de raça maronesa foram usados de norte a sul do distrito de Vila Real para muitas funções laborais, especialmente na região demarcada do Alto Douro Vinhateiro, a qual “resulta (...) de um processo multissecular de adaptação de técnicas e saberes específicos de cultivo da vinha em solos de especiais potencialidades para produção de vinhos de qualidade e tipicidade mundialmente reconhecidos” (Sousa 2012, p.144). Numa paisagem evolutiva e viva, centrada no manejo da terra para a viticultura em diferentes períodos históricos e culturais, os bovinos maroneses tinham funções muito específicas, sendo usados para transportar os cestos durante as vindimas, as pipas de vinho até aos barcos Rabelo no rio Douro, que depois seguiam, rio abaixo, até ao Porto, conduzidos pelos arrais. Quando estas embarcações regressavam ao Peso da Régua, contra a corrente natural do rio, a viagem dos barcos Rabelo era acompanhada, na margem, por juntas de bois que, dada a força da corrente, ajudavam as pequenas embarcações carregadas de pipas vazias a subir de volta o rio Douro, puxadas por sirgas (Teixeira 2002). O documentário *Barcos Rabelo* (1960), disponível no Arquivo RTP, descreve a atividade em questão:

Sobre as apegadas, o arrais tem os olhos postos no rio, as mãos firmas sobre a espadela. O rabelo recorta-se na mancha escura das margens. E ainda os homens, trepando pedras marcadas para sempre pelo atrito das sirgas, a adiantarem-se nas puxadas. Eles e os bois a arrebatarem para diante o Rabelo, na penosa subida do Douro (RTP Arquivo 1960).

Chegados à Régua, as pipas vazias eram substituídas por cascos carregados de vinhos, trazidas pelas juntas de bois maroneses desde as adegas, onde estavam armazenados. Logo depois,

contra o arear das margens, os Rabelos já descansam. Agora a faina é outra. E os boieiros vão chegando. Sobre os carros, os cascos cheios de vinhos da região. À chegada, os bois farejam a água, sedentos da caminhada desde as adegas. (RTP Arquivo 1960).

<sup>9</sup> Ato de ligar duas ou mais juntas de bois a um cambão.



Enquanto na zona do Rio Douro a raça Maronesa vinculava-se ao transporte de uvas (durante a colheita) e de pipas (com o vinho já pronto), na zona mais a norte, no Alto Rio Tâmega, o mesmo gado era usado para o transporte de Água das Pedras, água naturalmente gasificada de nascente na região conhecida por Pedras Salgadas, a qual seguia para o Peso da Régua, para ser baldeada para o litoral da Cidade do Porto, de onde seguia para exportação. A descrição de tal percurso foi apresentada na exposição “48 horas”, promovida pela Associação Terra Maronesa entre os meses de novembro e dezembro de 2021 no Auditório Municipal do Peso da Régua. O carro de bois era carregado com caixas de madeira que continham vasilhas de vidro ordinário verde, com rolha marcada a fogo e cápsula com inscrição. Em cima, aproveitava-se para levar, por exemplo, giestas, que segundo os promotores da exposição serviam de combustível vegetal para abastecimento de padarias no Porto. No regresso, os carreteiros conduziavam de volta o material vazio ou outro que lhes fosse destinado. Este transporte era fretado e resultante de um contrato celebrado entre a empresa das Águas (VMPS - Vidago, Melgaço, Pedras Salgadas) e os carreteiros, em 1884.

A reprodução constante das práticas sociais e laborais relacionadas ao gado maronês, no contexto em questão, legitima-as enquanto técnica, método e procedimento compartilhados e praticados de maneira frequente, a ponto de passarem a ser consideradas como “herança de tradições, normas, regras e rotinas geradas e repetidas” (Bourdieu 1989, p. 67) nas atividades habituais.

Muitas destas práticas ainda podem ser observadas, principalmente em Trás-os-Montes. Para além das atividades pastoris, onde a relação simbólica e telúrica atribuída ao gado maronês se torna mais evidente, as feiras do gado, particularmente no distrito de Vila Real, são eventos de grande tradição e significado económico, social e cultural, que tem raízes seculares e estão ligadas ao ciclo agropecuário da região. Remontando à Idade Média, estas feiras são, por vezes, associadas a festas religiosas e romarias, nos quais a religiosidade tradicional das formas de vida rurais se evidenciam. Para além de serem momentos privilegiados para a compra, troca e venda de animais, especialmente bovinos autóctones, como a raça Maronesa (Cordeiro 2025), as festas religiosas e procissões tradicionais utilizam o gado maronês para desfilar os maiores andores adornados. Um dos momentos no qual a relação humano-animal envolvendo o gado maronês pode ser observado é a Feira Anual de Vila Real, designada de Feira de Santo António (por se realizar a 13 de junho, dia atribuído ao Santo) a qual é realizada, de forma ininterrupta, desde meados do século XIV, formalmente estabelecida por D. Pedro II, em 1688 (Aires 2021, pp.617-618).

Em tais momentos, os espécimes maroneses são exibidos com orgulho pelas famílias criadoras que, antecipadamente, zelam para que sejam bem cuidados e bem alimentados. Durante o concurso, narra Oliveira (2021, n.p.), o gado era “limpo, ensebado, os cornos eram bem lustrados, para ganhar o prémio, que era uma grande honra, um prestígio para o animal e para a família, mas principalmente para o tratador”.

## Considerações Finais

A investigação demonstra que as interações quotidianas entre maronesas, humanos, lobo ibérico e outros agentes constituem um sistema multiespécie historicamente enraizado, que articula trabalho, defesa e cuidado do território, permitindo conciliar agricultura familiar, conservação da biodiversidade e continuidade de modos de vida locais. Neste sentido, percebe-se que o simbolismo e as representações locais envolvendo pessoas e o gado maronês extrapolam a perspetiva utilitarista acerca do animal no contexto abarcado e são construídos a partir da domesticação de maronesas na agricultura familiar e de subsistência. Da representação rupestre paleolítica do Auroque Ibérico, passando pelos concursos de gado, pela presença na literatura local e práticas sociais que estabelecem proximidade intrínseca entre as pessoas e o animal, os resultados desta investigação



permitem inferir a construção de todo um conjunto de práticas culturais que se faz presente na memória transgeracional, nas práticas sociais e nas composições telúricas e de pertença social.

Ao articular a trajetória histórica da raça maronesa às práticas contemporâneas de manejo e valorização, torna-se evidente que estas relações multiespécie configuram um laboratório privilegiado para pensar os desafios do Antropoceno a partir de contextos rurais do Norte de Portugal. As experiências acumuladas na convivência entre pessoas, gado maronês, lobo ibérico e outros agentes mais-que-humanos permitem entrever modelos de gestão do território que combinam usos produtivos, conservação de biodiversidade e continuidade de formas de vida locais, evitando tanto a romantização do rural quanto a sua redução a mera reserva paisagística.

A presença continuada desta raça nas paisagens do Marão e do Alvão constitui um testemunho da adaptação humano-animal aos ambientes serranos e das estratégias de convivência multiespécie, demonstrando, a constatação de Tsing (2012, p.144) que a domesticação, embora recorrentemente compreendida apenas pelo viés de controle humano sobre uma espécie, deve considerar que as componentes humana e cultural também se transformam por esta relação.

A vida diária com a espécie maronesa é testemunho da moldagem pelo que Bourdieu (1989) intitula como *habitus*, referindo-se ao conjunto sistematizado do conhecimento prático, que conjuga disposições duráveis e transponíveis integrativas de experiências passadas que operam na legitimação de percepções, apreciações e ações. Assim, o gado maronês surge não apenas como recurso econômico, mas sobretudo como uma espécie companheira, aglutinadora da identidade e da memória regional e associada a composições telúricas essenciais na vida coletiva e cultural transmontana e alto-duriense. Sua presença constitui o centro de desenvolvimento de uma cultura ambiental particular, determinante de práticas, de expressões linguísticas, de fabricação de objetos e de usos característicos de recursos locais.

## Agradecimentos

Agradecemos aos criadores, aos técnicos e aos parceiros da Associação Terra Maronesa por oportunizarem a entrada em campo e pela colaboração nesta investigação.

## Referências

- Abreu MS de 2019. “Os primeiros ‘visitantes’.” In: *Para uma história do turismo no Douro*, coordenado por Maria Olinda Rodrigues Santana, 35–56. CETRAD/UTAD; Dourotur; Sodivir – Edições do Norte, Vila Real, 234 pp.
- Alves VC 1993. *Estudo sobre a raça bovina maronesa: Situação actual e perspectivas zootécnicas*. Tese de doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 172 pp.
- Aires JR 2021. *História das Freguesias do Concelho de Vila Real*. Editoria Maronesa, Vila Real, 788 pp.
- Augusto 2021. Entrevista concedida aos autores em Lamas D’Olo, 13 janeiro 2026.
- Bourdieu P 1989. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 311 pp.
- Bro-Jørgensen MH, Carøe C, Vieira FG, Nestor S, Hallström A, Gregersen KM, Sinding MHS 2018. Ancient DNA analysis of Scandinavian medieval drinking horns and the horn of the last aurochs bull. *Journal of Archaeological Science*, 99, 47-54.



- Carson R 1962. *Silent spring*. Houghton Mifflin, Boston, 378 pp.
- Cordeiro OT 2025. “Feira de Santo António mantém a tradição de promover o gado maronês”. *A Voz de Trás-os-Montes*, 18 de junho, 2025. <https://www.avozdetrasosmontes.pt/feira-de-santo-antonio-mantem-a-tradicao-de-promover-o-gado-marones>
- Dias GF 2001. *Educação ambiental: Princípios e práticas* (7ª ed.). Gaia Editora, Porto, 550 pp.
- Duarte RH 2013. *História e natureza*. Autêntica, Belo Horizonte, 112 pp.
- Emmett, R, & Nye, D 2017. *The environmental humanities: A critical introduction*. The MIT Press, Cambridge, 246 pp.
- Exposição 48 horas. 2021. Exposição “48 horas”. Associação Terra Maronesa, Auditório Municipal do Peso da Régua, novembro–dezembro.
- Fanaro LA, Lima DV, Kosby MF, Velden FFV 2021. “Introdução ao dossiê: Trabalho animal, trabalho humano.” *Revista Uruguaya de Antropología y Etnografía* 6 (2). <https://doi.org/10.29112/ruae.v6i2.1314>
- Faria MM 2019. *Os cornos do Auroque*: raças de bovinos no norte de Portugal. ATAHCA. [https://atahca.pt/ficheiros/os\\_cornos\\_do\\_auroque.pdf](https://atahca.pt/ficheiros/os_cornos_do_auroque.pdf)
- Farias ACR 2024. *Cães de Pastoreio e Guarda de Rebanho na Produção Animal*. Trabalho de conclusão do Bacharelado em Zootecnia, Instituto Federal Goiano, 49 pp.
- Hannigan JA 2006. *Environmental sociology*. Taylor & Francis e-Library, Londres, 208 pp.
- Haraway D 2021. *O manifesto das espécies companheiras: Cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Bazar do Tempo, Rio de Janeiro, 184pp.
- Kirksey, SE, Helmreich, S 2010. The emergence of multispecies ethnography. *Cultural Anthropology*, 25(4), 545–576. [https://anthropology.mit.edu/sites/default/files/documents/helmreich\\_multispecies\\_ethnography.pdf](https://anthropology.mit.edu/sites/default/files/documents/helmreich_multispecies_ethnography.pdf)
- Kunzler, J, Oliveira VD de 2021. Paleogenômica e museologia: Os museus e o paradoxo do Antropoceno. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(1), 1-20. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0039>
- Leitão M 1981. “Maronesa.” In: *Bovinos em Portugal*, editado por Rodrigues AB 2019, 100–127. Direcção de Serviços de Fomento e Melhoramento Animal, Direcção-Geral dos Serviços Veterinários, Lisboa, 338p.
- Loureiro CFB, Torres, JR 2014. *Educação ambiental: Dialogando com Paulo Freire*. Editora Cortez, São Paulo, 184 pp.
- Marconi MA, Pressoto ZM 2010. *Antropologia: Uma introdução*. Atlas, São Paulo, 353 pp.
- Miranda Murillo LM 2013. “Cultura ambiental: un estudio desde las dimensiones de valor, creencias, actitudes y comportamientos ambientales.” *Producción + Limpia* 8 (2): 94–105. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1909-04552013000200010&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1909-04552013000200010&script=sci_abstract&tlng=es)
- Moutinho A 2021. Conferência “Conversas à Sexta – 48 horas”. Terra Maronesa.



Oliveira H 2021. Conferência Conversas à Sexta - 48 horas. Terra Maronesa.

Ortega Garcia, C, Ribeiro, O 2025. Alvão: uma serra que é mais do que recursos naturais. *Revista de Letras da UTAD*, 2(1), 127-150. <https://doi.org/10.58155/revistadeletras.v2i1.579>

Portela J, Caldas JC 2003. *Portugal chão*. Celta Editora, Oeiras, 539pp.

Pimentel V, Álvares F 2005. Situação populacional do lobo em Portugal: Resultados do censo nacional 2002–2003.

[https://www.researchgate.net/publication/312887510\\_Situacao\\_populacional\\_do\\_lobo\\_em\\_Portugal\\_resultados\\_do\\_censo\\_nacional\\_2002-2003](https://www.researchgate.net/publication/312887510_Situacao_populacional_do_lobo_em_Portugal_resultados_do_censo_nacional_2002-2003)

Ribeiro F 2024. “600 cães de gado permitem ‘conhecer o verdadeiro lobo’.” 7Montes, 6 fevereiro 2024. <https://7montes.pt/>; <https://medium.com/@filiperibeiro/600-c%C3%A3es-de-gado-permitem-conhecer-o-verdadeiro-lobo-aff9c2852a9b>

Schama, S 1996. *Paisagem e memória*. Companhia das Letras, São Paulo, 696 pp.

Schüler TG, Magalhães ML 2021. Uma história ambiental da Batinga Sul: Rio Grande do Sul, Brasil. *História Ambiental Latino-Americana e Caribenha*, 11(1), 276–305. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2021v11i1.p276-305>

Sousa AS de 2012. *Monografia do Concelho de Vila Pouca de Aguiar*. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal.

Taborda V 2011[1932]. *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*, ed. fac-similada. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 264 pp.

Teixeira, P, Alves, V 2002. Maronesa. *Animais domésticos de Portugal*. [http://anidop.iniaiv.pt/images/Fichas\\_2019/Ficha-Bov-Maronesa\\_on-line\\_2019.pdf](http://anidop.iniaiv.pt/images/Fichas_2019/Ficha-Bov-Maronesa_on-line_2019.pdf)

Teixeira, P, Alves, V 2006. Raça Bovina Maronesa. *Cadernos Voz Da Terra*, 58, 70 pp.

Terra Maronesa. 2021. *Memória descritiva*. ENEA – Economia Circular. [https://enea.apambiente.pt/sites/default/files/files/enea/projetos/1-MEM%C3%93RIA%20DESCRITIVA\\_ECONOMIA\\_CIRCULAR\\_FINAL%20\\_1.pdf](https://enea.apambiente.pt/sites/default/files/files/enea/projetos/1-MEM%C3%93RIA%20DESCRITIVA_ECONOMIA_CIRCULAR_FINAL%20_1.pdf).

Tsing AL 2012. Unruly Edges: Mushrooms as Companion Species. *Environmental Humanities*, 1, 141-54. <http://www.environmentandsociety.org/node/5415>

Tsing AL 2019. *Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno*. IEB/Mil Folhas, Brasília, 284 pp.

Van Vuure T 2002. History, morphology and ecology of the aurochs (*Bos primigenius*). *Internet Archive Way Back Machine*.

<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=7cd5da765261db6b99ce44361fa8078ec7951c42>

Vieira AMF 2015. *Contributo para o estudo dos vestígios arqueológicos: Do VI ao I milénio a.C. Paisagens e memórias na bacia hidrográfica do Douro*. Tese de doutoramento, Universidade do Porto, 700 pp.



Wall K 1998. *Famílias no campo: Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 373 pp.

Worster D 1991. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, 4(8), 198–215.  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324>